

O Curso Histórico da Revolução Proletária

Date	Março de 2011 (Germinal 219)
Autor	Robin Goodfellow
Versão	V 1.2 – Em português: Julho de 2011

Sumário

SUMARIO	2
1. OS FUNDAMENTOS MATERIAIS DA REVOLUÇÃO PROLETARIA.....	4
2. O CURSO HISTORICO DO PROLETARIADO E A REVOLUÇÃO BURGUESA.	5
3. A RELAÇÃO DO PROLETARIADO NA REPUBLICA DEMOCRATICA.....	7
3.1 O último campo de batalha entre a burguesia e o proletariado	7
3.2 Levar a democracia até o fim.....	8
4. A QUESTÃO DA “PASSAGEM PACIFICA” AO SOCIALISMO	10
4.1 A teoria da passagem pacífica.....	10
4.2 Crítica do pacifismo e manutenção da mobilização revolucionária.....	11
4.3 Lenine e a tese da passagem pacífica.....	11
5. BURGUESIA, REVOLUÇÃO, PROLETARIADO.	14
5.1 Intervenção do proletariado no curso das revoluções burguesas anti-feudais dos séculos 17 e 18.....	14
5.2 Intervenção do proletariado nos episódios complementares da revolução burguesa	14
5.3 Intervenção do proletariado quando a revolução burguesa é necessária, mas falta energia revolucionária à burguesia.....	15
5.4 Intervenção do proletariado nas revoluções burguesas anti-coloniais.....	15
5.5 Intervenção do proletariado no regime democrático	15
5.6 Revolução proletária no contexto da república democrática	16
5.7 Teoria do “curso à esquerda” e república “instalada”.....	17
5.8 Revolução “pelo alto”.....	18
6. A TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE.	20
6.1 Marx-Engels	20
6.2 Lenine.....	23
6.3 Trotski.....	26

6.4	A crítica dos bordiguistas.....	27
6.5	Conseqüências dessa teoria.....	28
7.	PARTIDO, PROLETARIADO E CONTRA-REVOLUÇÃO	30
7.1	A recomposição do proletariado, anterior à sua reconstituição em partido político ...	30
7.2	Contra-revolução e desenvolvimento do MPC	31

1. Os fundamentos materiais da revolução proletária.

O comunismo não é nem um ideal nem uma moral. A análise científica da história do modo de produção capitalista, de suas origens, de seu desenvolvimento, de seu futuro, mostrou claramente nos trabalhos de Marx e Engels que este modo de produção se desenvolvia de maneira contraditória. As relações de produção que o caracterizam se tornaram inaptas para enquadrar o desenvolvimento desenfreado das forças produtivas por ele suscitadas. O modo de produção capitalista potencializa em um nível muito elevado a socialização da produção, a produtividade do trabalho, enfim, coloca as bases materiais de outra sociedade: o comunismo. Ao mesmo tempo, esta última não poderá se desenvolver plenamente senão destruindo os entraves que o modo de produção capitalista ergue ao longo de seu caminho. Assim como a evolução histórica produz essas condições materiais, ela produz também a classe que concentra em si todos os males dessa sociedade e será encarregada de “manejar as armas” para abatê-la. Durante um período histórico significativo, essa classe, o proletariado, está personificada majoritariamente no operário da indústria (sem esquecer por outro lado o trabalhador agrícola). Entretanto, vários episódios revolucionários colocam em movimento classes que precedem o proletariado moderno industrial, como os artesãos em vias de proletarização, ou os trabalhadores das manufaturas como os tecelões (1830, 1848). Hoje, o conceito de proletariado vai bem mais além do quadro operário *stricto sensu*, pois o proletariado é a classe produtiva, a que produz a mais-valia. Por outro lado, no mesmo tempo em que se desenvolve o proletariado, cresce ainda mais rapidamente a massa dos trabalhadores improdutivos, a classe média. Esse movimento exprime uma das contradições fundamentais e cada vez mais gritantes do modo de produção capitalista, contradição que somente poderá ser resolvida positivamente na sua derrubada revolucionária.

2. O curso histórico do proletariado e a revolução burguesa.

A revolução burguesa não triunfa na orla do desenvolvimento capitalista (século XIII), mas quando ele já modificou consideravelmente a base material das sociedades anteriores nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra e na França. A revolução, tendo suprimido os antigos regimes feudais, vem completar, no plano político, o trabalho feito pelo desenvolvimento da produção capitalista, a concentração dos meios de produção, a inovação técnica. Os empresários e seus representantes necessitam de territórios nacionais unificados, de meios de expressão livres, de meios de circulação abertos, de órgãos de tomada de decisão coletivos que atendam a seus interesses. Traduzidos na linguagem da filosofia política, são de fato os interesses materiais dessa classe que lhes impõem a criação de uma forma de estado que sirva a seus interesses e que irá encarnar-se finalmente na república democrática. Esse movimento da burguesia para a república democrática encontra-se, por diversas razões históricas, ou estagnado por um compromisso (Inglaterra), ou interrompido por episódios contra-revolucionários (França), ou retomado mais tarde pela pusilanimidade da burguesia (Alemanha, Rússia). O episódio revolucionário burguês supõe então um desenvolvimento avançado, tanto desta classe enquanto tal, como de seus meios de existência, quer dizer a indústria. Isso não significa que é a própria burguesia industrial¹ que dirige sistematicamente a revolução. Sempre foi a pequena burguesia que desempenhou papel importante nas revoluções democráticas. A gênese da burguesia como classe dominante é a mesma do proletariado como classe dominada. Qualquer que seja a forma, toda ação revolucionária da burguesia para liberar e desenvolver as forças produtivas a partir de uma certa época, implica movimentar, no outro extremo da escala social, o proletariado ou o que o prefigura (artesãos arruinados, camponeses expulsos dos campos para as fábricas, etc.). Se aceita-se o que Engels nomeou de “revoluções pelo alto” no decorrer do século XIX (Napoleão III na França, Bismark na Alemanha)² e considera-se os episódios das diferentes revoluções burguesas, não há quem não tenha conhecido uma intervenção do proletariado numa lógica de maior ou menor autonomia.

A burguesia, para dispor de uma massa crítica e tropas no combate revolucionário, é obrigada a mobilizar grandes massas do proletariado nos combates que ela trava contra as antigas classes e/ou, como é o caso das lutas anti-coloniais ou anti-imperialistas, contra a potência estrangeira que ocupa ou domina o país. Frequentemente, nas revoluções anti-coloniais, considerando-se seu caráter tardio, é a pequena burguesia quem substitui a burguesia na condução da revolução e quem mobiliza as massas proletárias.

Em razão e no decorrer dessa mobilização é que as massas proletárias podem ser levadas a defender seus próprios interesses, seja ao longo de motins rapidamente reprimidos, seja em movimentos mais amplos, podendo ir até o traspasso³ da revolução burguesa em uma revolução proletária (Rússia).

¹ O termo “burguesia industrial” não designa apenas a “burguesia da indústria” no sentido das categorias setoriais forjadas pela economia política, mas a burguesia que domina diretamente a classe produtiva seja na indústria, na agricultura ou nos serviços.

² “Uma burguesia dividida em duas frações monarquistas dinásticas, mas que pedia antes de tudo a calma e a segurança para seus negócios financeiros; à sua frente um proletariado vencido, é verdade, mas ainda sempre ameaçador e, em torno do qual se agrupavam, cada vez mais, pequenos burgueses e camponeses – a ameaça continuada de uma explosão violenta que, apesar de tudo, não oferecia nenhuma perspectiva de solução definitiva -, tal era a situação para o golpe de estado do terceiro ladrão, do pretendente pseudo-democrático Luis Bonaparte. Servindo-se do exército, em 2 de dezembro de 1851 ele pôs fim à situação difícil, garantindo a tranqüilidade interna para a Europa, mas a gratificando, por outro lado, com uma nova fase de guerras. O período das revoluções por baixo estava fechado por enquanto; um outro período de revoluções pelo alto lhe sucedeu.” (Engels, Introdução às lutas de classes na França, 1895)

³ Este termo, muito presente na teoria da revolução permanente de Trotski é atribuído por ele a Lenine. “Para exprimir a mesma idéia, Lenine adotou mais tarde a excelente expressão de traspasso da revolução burguesa em revolução socialista” (Trotski, *A revolução permanente*, 1939). Nós o conservamos aqui no sentido de um salto qualitativo que se produz quando a revolução democrática é levada até o fim e se torna então, não necessariamente uma revolução socialista, como o diz Trotski, mas uma revolução proletária.

Quanto mais a história avança e menos a burguesia se revela capaz de levar um combate vigoroso contra as antigas formas de dominação política, mais ela será, conseqüentemente, tentada pelo compromisso. Entretanto, apesar de tudo, o movimento do capital força-lhe a ir mais adiante, e, se não for o capital, o proletariado se encarregará disso. Nessas circunstâncias, ou a burguesia provoca timidamente o movimento e é rapidamente ultrapassada, ou sua incapacidade de agir historicamente deixa a frente da cena para outras classes: a pequena burguesia, se ela dispuser do ímpeto histórico necessário, e principalmente o proletariado.

3. A relação do proletariado na república democrática.

3.1 O último campo de batalha entre a burguesia e o proletariado

A república democrática é “a forma específica para⁴ a ditadura do proletariado” (Engels), ou seja, o regime no qual se pode expressar mais cruamente o antagonismo histórico irreduzível entre a burguesia e o proletariado⁵. Enquanto o estado permanece monárquico, ou subsistem entraves para a expressão plena e integral da “soberania popular” (limitações do direito de voto, ausência das liberdades fundamentais, etc.), sua eliminação constitui uma tarefa crucial da luta das classes. O proletariado deve trabalhar para eliminar todos esses obstáculos e deve, portanto, dedicar-se à “conquista da democracia”(Manifesto). Mas, essa conquista não constitui um objetivo final da luta, ela é apenas um momento necessário no caminho da destruição da democracia e da instauração da comunidade humana.

Na história, o proletariado muitas vezes teve que lutar por essa forma necessária de república democrática, ao mesmo tempo pela burguesia (à medida que ela hesitava em lançar-se numa tal luta, mesmo necessitando do quadro democrático para expandir o campo de suas atividades), e contra ela (à medida que, no fundo, ela não desejava lutar, consciente do risco de balizar assim o terreno para a classe inimiga). Uma vez que essa república democrática torna-se realidade, o proletariado tem então as mãos livres para conduzir uma luta de classe direta, frontal, para a satisfação de seus interesses de classe.

Mas, por que dizer que ele deve “conquistar a democracia”, se não se destaca ao mesmo tempo que, através desta conquista, ele conquista também armas de luta, que são as da democracia: liberdade de imprensa, de reunião, de manifestação, sufrágio universal? Isso não significa, de modo algum, que o proletariado deva renunciar por princípio ao uso da força. Ao contrário, ele deve se preparar para isso (ver tese 4), mas não há mais razão para que ele renuncie por princípio ao emprego dos meios democráticos.

“Abstração feita da questão da moralidade – não se trata deste ponto e deixo-o de lado – enquanto revolucionário, para mim todo meio é bom para atingir um fim, tanto o mais violento, como também o mais aparentemente brando.”(Engels)

Existe uma margem de desenvolvimento permanente entre a atual democracia e a “verdadeira democracia”, este ideal que só pode ser atingido com a superação da democracia, que faz da democracia uma contradição nos termos, uma hipocrisia (Engels) que é preciso revelar levando a democracia até o fim. A democracia pode ser sempre ampliada, amplificada, aperfeiçoada; o que deixa uma margem à burguesia para conduzir novas reformas, até mesmo mínimas, mas também ao proletariado para lutar a fim de obter estas reformas, seja no quadro da república democrática, ou como medidas de realização da democracia quando ele toma o poder. Hoje poder-se-ia citar, por exemplo, o direito de voto para os estrangeiros, ou colocar a questão da república com relação às monarquias constitucionais como na Grã-Bretanha ou na Espanha modernas. Formalmente, esses regimes pouco se diferenciam das democracias republicanas, mas a passagem aberta para a república democrática, caso acontecesse às vésperas da revolução proletária, não constituiria nela menos do que um último desbloqueio dos obstáculos que se erguem à frente desta revolução.

"Entretanto, isso não significa que esse partido (partido independente do proletariado - NDR) não possa ocasionalmente utilizar outros partidos para seus próprios fins. Nem significa que ele não possa temporariamente apoiar outros partidos na promoção de medidas que representam uma vantagem imediata para o proletariado, ou impulsionam o progresso na

⁴ Uma tradução ambígua do “für” alemão por “de” em lugar de “para” permitiu a vários comentadores apresentarem Marx e Engels como adutores da democracia, enquanto que a ditadura do proletariado é a destruição desta.

⁵ “Marx e eu, por quarenta anos, repetimos até a exaustão que para nós a república democrática é a única forma política na qual a luta entre a classe operária e a classe capitalista pode inicialmente se universalizar e, depois, culminar na vitória decisiva do proletariado.” (Engels, Resposta ao honorável Giovanni Borio in Critica sociale, nº 4, 16/02/1892)

direção do desenvolvimento econômico ou da liberdade política. Por mim, eu apoiaria qualquer um na Alemanha que verdadeiramente lutasse pela abolição da primogenitura e outras relíquias feudais, da burocracia, das tarefas protecionistas, da lei anti-socialista e das restrições ao direito de reunião e de associação. Se nosso Partido Alemão do Progresso ou o seu Venstre dinamarquês (liberais dinamarqueses - NDR) fossem partidos burgueses radicais genuínos, e não apenas um miserável bando de falastrões que se põem a rastejar em seus buracos à primeira ameaça brandida por Bismarck ou Estrup, eu de modo algum rejeitaria incondicionalmente qualquer tipo de colaboração provisória com eles tendo em vista uma finalidade específica. Quando nossos parlamentares votam por um projeto apresentado por um partido diferente – o que acontece muito frequentemente – mesmo isso poderia ser descrito como uma forma de colaboração. Mas eu estaria de acordo com isso somente se sua vantagem imediata para nós ou para o desenvolvimento histórico do país na direção da revolução econômica e política fosse instantaneamente evidente e valesse o esforço, e à condição de que o caráter proletário de classe do partido não fosse posto em perigo. Estou preparado para ir até este ponto e não mais além. Você encontrará essa política proposta desde 1847 no Manifesto Comunista; seguimos com ela em 1848, na Internacional e em todo lugar.” (Engels – Rascunho da carta a Gerson Trier, 18 de dezembro de 1889)

3.2 Levar a democracia até o fim

Na mesma ordem de idéias, Marx e Engels criticaram a tese de Lassalle de que diferentes frações da burguesia formam doravante uma única “massa reacionária”. Esta última noção era julgada inexata, salvo nos últimos momentos do confronto revolucionário, quando a emergência do partido do proletariado suscita frente a ela a unificação de todas as frações das classes dominantes. Mas isso só acontece no último instante, ao ponto de Marx e Engels verem aí um indício seguro de que a luta entrou na sua fase decisiva.

“Os Ingleses dos dois partidos oficiais (sublinhado por nós) que estenderam enormemente o direito de sufrágio e quintuplicou o número de eleitores, que deram igualdade às circunscrições eleitorais, estabeleceram a obrigatoriedade escolar e uma melhor instrução, que, em cada sessão votam ainda não apenas reformas burguesas, mas também novas concessões aos trabalhadores – caminham a passos lentos e indolentes, mas ninguém pode qualificá-los simplesmente de ‘única massa reacionária’”.(Engels à Kautsky, 14/10/1891)

Em várias retomadas, Marx e Engels assinalam, contra a tese Lassaliana da “massa reacionária” que esta fórmula é historicamente falsa, pois, em muitos exemplos históricos recentes (por exemplo a França de 1871 a 1878), os partidos burgueses realizaram um número significativo de reformas.

De outro lado, entre as forças não proletárias, as classes médias (sejam antigas ou modernas) têm forçosamente um papel ambivalente, podendo ser atraídas uma após outra por pólos opostos e aderindo em geral àquele que triunfa.

Quando essa “massa reacionária” existe, ela é o fruto da cristalização dos adversários do proletariado no último momento, ou seja, quando o partido do proletariado torna-se uma verdadeira ameaça. Ela é, pois, ao mesmo tempo, o sinal de que o confronto decisivo está a ponto de se produzir.

Em certos casos, esta fórmula é **absolutamente** falsa, como, por exemplo, na Inglaterra, onde “essa tendência jamaiz se tornará absolutamente um fato consumado. Quando a ofensiva se produzir aqui, a burguesia estará sempre pronta para fazer todo tipo de reformas de detalhes.”

Esse exemplo da Inglaterra é particularmente importante porque é ao mesmo tempo o país descrito como maduro para a passagem ao socialismo e onde essa passagem é considerada como podendo ser pacífica.

De fato, a república democrática é sempre incompleta, pois a democracia é uma contradição nos fatos: chegar à democracia total é negar as classes, portanto, o capitalismo, e negar a democracia, que busca conciliar pontos de vista antagônicos que são, na realidade, inconciliáveis. A expansão da democracia é, portanto, sempre uma perspectiva, cujos limites são incessantemente expandidos. No máximo, só o comunismo poderia realizar

verdadeiramente a democracia, mas historicamente ela não é mais então uma necessidade. O que se coloca, portanto, não é mais a sua realização, mas a sua superação.

Dizer que a questão do terreno de luta é indiferente é uma visão puramente abstrata e pequeno-burguesa. Se o proletariado fosse ameaçado de ficar sem condições de sua expressão (liberdade de imprensa, de reunião, de organização, etc.), ele deveria reivindicar sua restauração, antes de tudo para si mesmo, mas simultaneamente para o conjunto da sociedade. No momento do golpe de estado de 2 de dezembro de 1851 na França, a maioria do proletariado francês não se engajava no combate pela restauração da república. Houve, entretanto, um certo número de ações e Engels se pergunta sobre “as verdadeiras causas da inatividade relativa dos proletários franceses no último Dezembro.” (título de um artigo do jornal cartista *Notes to the people*, março-abril de 1852, sublinhado por nós).

Nesse artigo, Engels destaca que, após a derrota de junho de 1848, houve uma longa sucessão de derrotas posteriores do proletariado, cujos direitos foram pouco a pouco cortados (direito ao voto, liberdade de imprensa, armamento). A supressão formal desses direitos por Louis-Napoléon Bonaparte, portanto diz respeito não só aos operários como à própria burguesia.

“(Louis-Napoléon Bonaparte) derrubou o parlamento burguês e destruiu o poder político da burguesia. Isso não deveria satisfazer os proletários? É certo que não se poderia esperar dos proletários que eles combatessem por uma Assembléia nacional que tinha sido sua inimiga mortal.”

Se essa passagem parece acreditar na idéia de que o proletariado é indiferente à luta entre as duas frações da classe inimiga, essa não é a conclusão de Engels, que prossegue:

“Entretanto, a usurpação de Louis-Napoléon ameaça o campo de batalha comum das duas classes, assim como a última posição favorável da classe operária: a república.” Assim, está claro que, não apenas a luta deve se desenrolar para conquistar a república democrática como último campo de batalha, como ainda ela deve visar recuperá-la, e não perdê-la, apesar de toda crítica e repulsa que esse regime provoca nas fileiras do proletariado.

4. A questão da “passagem pacífica” ao socialismo

4.1 A teoria da passagem pacífica

Marx e Engels muitas vezes compararam a Inglaterra, berço da revolução industrial e modelo do desenvolvimento do capitalismo no século XIX, ao “continente”, onde as nações eram menos desenvolvidas industrial e economicamente. Esse corte, até 1871, é entre um mundo onde a revolução socialista já é possível e outro onde a conquista da democracia ainda está por ser feita.

Outra clivagem caracteriza essa separação entre a Inglaterra e o continente: é a que diz respeito à possibilidade da “passagem pacífica” ao socialismo. Essa questão foi levantada durante quarenta anos por Marx e Engels. Desde 1847, a questão nº 16 dos “Princípios do comunismo” aborda esse ponto:

“A abolição da propriedade privada poderá ser feita por uma via pacífica?”

Seria desejável que fosse assim e os comunistas seriam sem dúvida os últimos a se oporem. Os comunistas sabem muito bem o quanto são inúteis e nocivos todos os tipos de conspiração. Sabem muito bem que não se faz revoluções à vontade, deliberadamente, mas que, a todo tempo e em todo lugar elas são a conseqüência necessária de circunstâncias absolutamente independentes da vontade e da direção de partidos, separadamente, e de classes inteiras. Mas, constata também que a evolução do proletariado é reprimida com violência em quase todos os países civilizados e que os adversários dos comunistas trabalham com todas as suas forças para provocar uma revolução. Se, nessas condições, o proletariado oprimido é forçado finalmente a fazer a revolução, então nós, comunistas, defenderemos com nossos atos a causa do proletariado como o fazemos agora por nossos propósitos.”

Vinte e cinco anos depois (1872), os contornos geográficos tornam-se precisos delimitando as nações onde essa passagem pacífica é uma hipótese plausível.

“Mas não temos a pretensão de que os meios tenham que ser idênticos para chegar a esse fim (a tomada do poder - NDR),. Sabemos a parte que deve caber às instituições, aos costumes e às tradições das diferentes regiões; e não negamos que existem países como a América, a Inglaterra, e acrescentaria a Holanda se eu conhecesse melhor suas instituições, onde os trabalhadores podem atingir o seu objetivo por meios pacíficos. Se isso for verdade, temos que reconhecer também que, na maior parte dos países do continente, é a força que deve ser a alavanca de nossas revoluções; por um tempo, é pela força que será preciso apelar, a fim de estabelecer o reino do trabalho.” (Marx, Discurso no Congresso de Amsterdam da AIT, 8 de setembro de 1872).

A tese da terceira Internacional será que a primeira guerra mundial e o período aberto à partir de 1914 definitivamente fecharam esta fase histórica e as possibilidades de passagem pacífica que ela continha. No entanto, esse período não pôde ser, de modo definitivo, a fase de “guerra e de revoluções” que se esperava. Após 1945, o mundo retomou o curso da evolução democrática, com um entusiasmo suplementar após 1989. É preciso, pois, reconsiderar com seriedade a hipótese, retomada abaixo por Engels, de uma ampliação (às repúblicas democráticas como a França e a América) dessa possibilidade.

“Pode-se conceber que a velha sociedade poderá evoluir pacificamente para a nova nos países onde a representação popular concentra nela todo o poder, onde, segundo a constituição, pode-se fazer o que quiser quando se tem a maioria da nação atrás de si; nas repúblicas democráticas como a França e a América, nas monarquias como a Inglaterra, onde a redenção iminente da dinastia é debatido diariamente na imprensa, e onde esta dinastia é impotente contra a vontade do povo.” (Engels, crítica do programa d’Erfurt, 1891).

Pode-se constatar aqui que, longe de se restringir com o desenvolvimento do MPC, expande-se o círculo das nações onde essa passagem constitui uma possibilidade.

4.2 Crítica do pacifismo e manutenção da mobilização revolucionária

Entretanto, se a passagem sem violência para a sociedade futura é concebida como uma possibilidade, a partir do momento em que o proletariado é a classe mais numerosa e possua os meios de expressar posições revolucionárias (por meio da democracia), nada indica que esta possibilidade se realize facilmente. Marx e Engels sempre acompanharam as posições acima descritas com duas reservas. A primeira, é que a burguesia, sentindo escapar sua supremacia, toma a iniciativa da violência, por exemplo, sob forma de um golpe de estado preventivo, o que chamam de *pro-slavery rebellion* (rebelião escravagista).

“[Marx] cujo estudo levou a conclusão que, pelo menos na Europa, a Inglaterra é o único país onde a inevitável revolução social poderia acontecer completamente por meios pacíficos e legais. Certamente ele nunca esquecia de acrescentar que não se esperava que as classes dirigentes inglesas se submetessem, sem ‘rebelião escravagista’, à essa revolução pacífica e legal.” (Engels, prefácio à edição inglesa do capital, 5/11/1886)

Da tomada dos canhões da guarda nacional que provocou a insurreição da Comuna ao golpe de estado no Chile em 1973, os exemplos são muitos e o imenso mérito de Lenine em outubro de 1917 foi de tomar, contra quase todos, a iniciativa de esmagar a república democrática antes que ela desferisse seus golpes perversos contra o campo do proletariado. Portanto, é muito importante não se fazer da posição de Marx e Engels uma posição pacifista por princípio.

O segundo obstáculo que pode arruinar um curso relativamente pacífico, que pede ao proletariado para seguir momentaneamente um caminho isento de violência aventureira (como preconizava Engels para o proletariado alemão nos anos 1880), é a guerra. Nascida das exacerbações da concorrência entre potências imperialistas, a guerra possui também esse efeito preventivo frente a uma revolução, sobretudo porque ela priva o proletariado de todos os seus direitos de expressão e singularmente o de se expressar contra a guerra em questão.

Sobre esse assunto, não devemos esquecer a preocupação que era do “estrategista” Engels com relação ao reforço dos meios militares da burguesia (ver suas considerações sobre a tática da barricada). A relação de forças se encontra atualmente de maneira esmagadora a favor da burguesia. Sem dúvida será preciso considerar favoravelmente, nessa evolução, a “civilização” dos exércitos profissionais (que representaram um recuo para o proletariado privando-o do aprendizado do manejo das armas), que tendem, nos países desenvolvidos, a se tornar órgãos de técnicos atravessados pelas mesmas contradições que todas as categorias proletárias (tempo de trabalho, salários, etc., na Bélgica e na Holanda os militares dispõem de sindicatos).

Essa posição não deve, em caso algum, dar a ilusão ou o pretexto ao desarmamento do proletariado, à ausência de preparação militar, à rejeição da necessidade de uma organização clandestina e à renúncia ao uso da violência e do terror revolucionário quando chegar o momento.

4.3 Lenine e a tese da passagem pacífica

Lenine, como outros chefes, revolucionários engajados na tormenta revolucionária dos anos 1920, estimou que a história havia reduzido a nada toda a possibilidade de passagem “pacífica” ao socialismo. Evidentemente, ele visava a crítica das posições reformistas que fizeram tão mal ao proletariado, culminando na traição e na falência da segunda internacional⁶.

⁶ Nessas condições, a crítica à Segunda Internacional e sua falência não se refere tanto à organização do partido, nem ao sufrágio universal, nem à luta sindical, mas, sobretudo, à atitude frente à guerra (o internacionalismo) e o fato de que estas táticas tenham sido empregadas, não em um sentido revolucionário, mas a serviço de uma ideologia reformista. A esse respeito, ver a atitude de Engels diante da SD Alemã e a contínua sutil dialética de suas posições.

No entanto, os argumentos empregados por Lenine merecem ser analisados de perto e criticados.

“Além disso, em 1870, teria havido alguma coisa que fez da Inglaterra e da América *uma exceção no aspecto considerado*? É evidente para qualquer um que seja familiar com as exigências da ciência com respeito aos problemas da história que tal questão deva ser colocada. Abster-se dela, seria falsificar a ciência, jogar com sofismas. Uma vez colocada a questão, não se poderia duvidar da resposta: a ditadura revolucionária do proletariado é a *violência* exercida contra a burguesia; e esta violência é necessária *principalmente* pela existência do *militarismo* e da *burocracia*, como Marx e Engels explicaram várias vezes e de maneira explícita (particularmente na *Guerra civil na França* e nos prefácios desta obra). Ora, são essas instituições, justamente na Inglaterra e na América, que, exatamente nos anos 70 do século XIX, época em que Marx fez sua reafirmação, *não existiam*. (Agora elas *existem* na Inglaterra e na América)” (Lenine, *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, 1918)

Vários pontos nessa citação são aproximativos:

- a) Em primeiro lugar, se Marx e Engels relevam a ausência de militarismo e de burocracia na América e na Inglaterra do século XIX, não é nisto que sua teoria da passagem pacífica se baseia, pois não concluem daí que essa ausência favoreceria a tomada do poder pelo proletariado. Ao contrário, Engels, na passagem citada abaixo, utiliza esse argumento para mostrar que MESMO UM ESTADO aparentemente o mais democrático, JÁ QUE não existe “nem dinastia, nem nobreza, nem exército permanente, nem burocracia com postos fixos”, até mesmo este Estado é um instrumento nas mãos da classe capitalista.

“É precisamente na América que podemos ver melhor como o poder de Estado torna-se independente frente à sociedade, o qual, na origem, não devia ser senão o simples instrumento. Lá, não existem nem dinastia, nem nobreza, nem exército permanente (fora uma parte de soldados confiados à vigilância dos indígenas), nem burocracia com postos fixos e direito à aposentadoria. E, no entanto, temos aí duas grandes alas de políticos especuladores, que se juntavam para tomar posse do poder do Estado e o exploram através dos meios mais corruptos e para os fins mais vergonhosos; e a nação é impotente frente a esses dois grandes cartéis de políticos que estão, por assim dizer, a seu serviço, mas que, na realidade, a dominam e a roubam.” (Engels, Introdução de 1891 à *Guerra civil na França*).

- b) Em segundo lugar, longe de prognosticar a extinção dessa fase como consequência do desenvolvimento histórico, Engels, em 1891, como vimos acima, ampliou ao contrário a lista dos países em questão, principalmente com a França, país de estado burocrático por excelência! Vimos também, acima, que o critério principal não é a presença ou ausência de exército permanente e de burocracia, mas a existência de um regime democrático (a *fortiori* uma república democrática) que permite à maioria engajar-se na política que lhe parece necessária. Nessas condições, o sufrágio universal pode ser uma alavanca para a revolução social.
- c) Em seu comentário sobre o episódio cartista de 1842 (cf. Comunismo ou Civilização nº 4, em português, p.65), Marx e Engels mostram que, mesmo na ausência de um exército permanente, o Estado pôde bater os cartistas por causa da indecisão e da apatia da direção do partido revolucionário. Assim,

“o mais ínfimo destacamento militar e policial foi suficiente para conter o povo. Em Manchester, viu-se milhares de trabalhadores deixarem-se aprisionar nos quarteiros por quatro ou cinco dragões, cada um ocupando uma saída.” (Engels, *As crises internas*, *Rheinische Zeitung*, 1842).

Por conseguinte, mesmo quando o aparelho burocrático e militar era limitado, o Estado podia liquidar um movimento revolucionário desde que este acabasse cedendo às sereias do pacifismo⁷.

⁷ Inversamente, a história mostrou em várias ocasiões que forças armadas numerosas e superequipadas podiam desmoronar-se totalmente diante da mobilização de todo um povo, como por exemplo no Irã em 1979.

Esse exemplo mostra bem que, em todos os casos, pacífico não quer dizer pacifista e que, qualquer que seja a época, o movimento revolucionário, mesmo servindo-se das vias legais, deve se preparar para o confronto pela mobilização das massas, o armamento do proletariado, a constituição de um aparelho militar clandestino. Portanto, contrariamente ao que afirmava Lenine e ao que foi retomado em seguida pelo movimento revolucionário, devemos considerar, em continuidade com a tática de Marx e Engels, que essa utilização das vias legais, sem alimentar qualquer ilusão sobre o resultado do combate, não está definitivamente fechada com o fortalecimento da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo, o colossal reforço do poder do Estado, de seus aparelhos de repressão, o controle dos meios de informação, de educação, etc., pela burguesia, levarão forçosamente a uma exacerbação da luta das classes e a um enfrentamento violento com o Estado.

5. Burguesia, revolução, proletariado.

Designamos pelo termo genérico de revolução burguesa o episódio que permite a reunião e a tomada do poder de estado, na escala de uma nação, pelas forças cujo objetivo é a de desenvolver o modo de produção capitalista. Nesse sentido, o termo de revolução burguesa seria equivalente àquele de “revolução capitalista”. Ele não se prende forçosamente à classe que é o motor dessa revolução, pois a revolução capitalista - e neste sentido burguesa - pode ser realizada pela pequena burguesia apoiada pelo campesinato (China), por uma parte da classe política e das forças armadas (bonapartismo), ou pelo proletariado apoiado pelo campesinato pobre (Rússia Fevereiro 1917).

O conceito de “revolução democrática”, do ponto de vista de seu conteúdo, pode ser assimilado à revolução burguesa, já que se trata de liquidar os obstáculos ao desenvolvimento do MPC, de acabar com as velhas formas de produção (feudalismo especialmente na Europa) e de favorecer o desenvolvimento das forças produtivas. Em compensação, do ponto de vista da forma, a revolução democrática, para ser plenamente concluída, supõe a existência da república democrática. Esta última é o quadro que permite levá-la até o limite e, daí, oferecer a possibilidade de ser superada em uma revolução proletária.

Na história, numerosas revoluções burguesas não puderam chegar a esse estágio necessário. Em certos casos, movimentos posteriores e numerosas convulsões terminaram estabelecendo uma república democrática (não se pode esquecer que ela é, por definição, um regime incapaz de jamais atingir um equilíbrio definitivo), em outras palavras, ainda restam atualmente regimes burgueses que não são repúblicas democráticas. Se a passagem para a república democrática em alguns países é uma questão, como dizia Engels, que se resolve numa manhã (na Inglaterra, Bélgica, Países-Baixos, Espanha, para falar apenas da Europa...), ela ainda permanece como passagem obrigatória pela qual o proletariado deve estar na vanguarda do combate (sem falar evidentemente dos países onde a democracia não foi conquistada, e em primeiro lugar a China).

O que quer que seja, a revolução burguesa se impõe com o desenvolvimento do MPC na sociedade. Na maioria dos casos, ela implica, de maneira mais ou menos enérgica, uma movimentação do proletariado ou das classes em vias de proletarização. Nesta base, a história conheceu um certo número de variantes, das quais podemos aqui tentar a tipologia que segue.

5.1 Intervenção do proletariado no curso das revoluções burguesas anti-feudais dos séculos 17 e 18

Na Inglaterra (os niveladores), na França (os descamisados, depois Babeuf), o proletariado se manifesta na revolução anti-feudal, agindo como força de pressão sobre os partidos burgueses que ele ajuda a subir ao poder, forçando a radicalização dessas diferentes frações até que se produza uma paragem brusca. Enquanto as condições materiais para a vitória da revolução comunista não amadureciam, o proletariado não podia ser senão batido.

5.2 Intervenção do proletariado nos episódios complementares da revolução burguesa

A revolução burguesa não terminou em um único episódio. Fenômenos contra-revolucionários podem surgir (a Restauração na França, por exemplo). Assim que a fração republicana da burguesia retoma a iniciativa da luta (fevereiro de 1848), as massas proletárias se mobilizam novamente para impelir a revolução até o seu final. No decorrer desse movimento pode se desencadear uma revolução proletária (junho de 1848). Mas lá ainda, como as condições materiais não estão suficientemente maduras (no continente em

1848), e sem a generalização da revolução na Inglaterra (para a época), a única saída só poderia ser a derrota do proletariado. Entretanto, essas lutas e derrotas são indispensáveis para forjar a tradição revolucionária do proletariado.

5.3 Intervenção do proletariado quando a revolução burguesa é necessária, mas falta energia revolucionária à burguesia

A burguesia também aprende com a história; quanto mais a evolução histórica avança, quanto mais o desenvolvimento do capitalismo se estende mais a burguesia é ladeada pelo seu inimigo histórico: o proletariado industrial. Ela tende a esquivar-se diante do combate revolucionário, enquanto o movimento histórico avança, apesar de tudo, desobstruindo os obstáculos herdados dos regimes anteriores. A burguesia é levada a uma lógica de compromisso com as antigas classes dominantes. Nessas condições (análise da Alemanha de 1848, da Rússia de 1917), o proletariado exerce um papel que supera a única radicalização da revolução; ele se coloca à frente do movimento, geralmente não isolado, mas apoiando-se nas massas camponesas. Nesse caso, o proletariado deve realizar as tarefas da revolução burguesa, mas este movimento o leva a ultrapassar desde então esse quadro estreito, inclusive no que concerne às medidas econômicas.

5.4 Intervenção do proletariado nas revoluções burguesas anti-coloniais

O caso das revoluções anti-coloniais reveste uma fisionomia específica. Em geral nesses países, a destruição, ao menos parcial das antigas formas de propriedade, não é o produto de um desenvolvimento endógeno, como foi o caso para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no seu berço europeu, mas de sua brutal imposição a partir do exterior. Cria-se um proletariado, geralmente minoritário, enquanto que as massas camponesas se encontram em parte excluídas das formas tradicionais de produção, sem por isso juntar-se às fileiras do proletariado e formando massas paupérrimas reduzidas à mendicidade.

Da mesma forma, não se desprende nitidamente uma burguesia proprietária dos meios de produção, que ficam nas mãos das firmas estrangeiras, mas uma classe dominante submissa às potências coloniais, envolvida na administração do país e geralmente corrompida.

A luta reveste-se aqui de uma dupla dimensão: externa em face da ocupação estrangeira, interna em face das classes dominantes locais, restos pré-capitalistas, burguesia submissa, burocracia. O papel dirigente normalmente é entregue à pequena burguesia que não se beneficia de nenhuma vantagem, nem de uma posição bem estabelecida na sociedade, enquanto que o proletariado luta para obter melhores condições de vida frente a uma exploração das mais ferozes.

No decorrer das revoluções anti-coloniais, misturam-se conseqüentemente vários fatores:

- um fator nacional, reivindicação de um estado autônomo, específico, contra a dominação estrangeira;
- um fator classista, de um lado opondo a pequena burguesia às elites locais que vincularam sua sorte ao poder colonial e, de outro lado o proletariado, opondo-se ao mesmo tempo contra os capitalistas estrangeiros e seus representantes locais.

5.5 Intervenção do proletariado no regime democrático

A partir do momento em que a dominação da classe burguesa está suficientemente mais firme, que suas várias frações renunciaram a (ou não podem mais) combater de outra forma a não ser no campo de um regime democrático, há uma relativa estabilização⁸. A

⁸ É nesse quadro que se situa a possibilidade de uma "passagem pacífica" ao socialismo, lá onde as condições materiais a permitem, sem excluir o recurso à violência para responder ao "golpe de estado escravagista" da burguesia ameaçada.

democracia, cujas variantes não são indiferentes (república democrática ou monarquia constitucional, por exemplo) é a forma política mais adaptada à dominação da burguesia, na medida em que todos os seus componentes podem assim coabitar, embora cada um lute por seus próprios interesses. Ela supõe também que o proletariado seja dominado; a burguesia não pode governar sem o apoio do proletariado. Ao mesmo tempo dilacerada por todas essas contradições, a democracia é uma forma política instável.

Como vimos (cf. ponto 3), é falso considerar que a burguesia constitui a partir dessa época uma massa reacionária. O desenvolvimento das forças produtivas, a necessária modernização da sociedade impele-a a todos os tipos de reformas de maior ou menor envergadura. O partido do proletariado apóia essas reformas que “preparam o terreno” para o futuro confronto. Tanto mais a democracia se estende, mais o antagonismo entre a burguesia e o proletariado se torna central.

Entretanto, a luta pela democracia e a expansão da esfera democrática não constitui em si um fim, pela simples razão de que a democracia é uma contradição nos termos, uma hipocrisia e uma mentira, de acordo com as palavras de Engels. A luta pela democracia é apenas o meio da revolução social que destrói, superando-a, a problemática democrática. A verdadeira finalidade da revolução proletária é a abolição da propriedade privada e a instauração da comunidade humana.

“A democracia não seria útil ao proletariado se não fosse imediatamente usada como meio para levar a cabo medidas dirigidas contra a propriedade privada e assegurar a existência do proletariado.” (Princípios do comunismo, 1847)

5.6 Revolução proletária no contexto da república democrática

Com regularidade se manifestam crises gerais de superprodução que assumem igualmente o porte de uma crise social, política, moral. O regime burguês afunda-se, incapaz de responder às exigências da situação. A crise desemboca numa revolução proletária momentaneamente vitoriosa ou na contra-revolução.

Dois episódios são particularmente significativos: a Comuna de Paris (1871) e a revolução de Outubro (1917).

No entanto, é preciso admitir que, nos dois casos, não acontece a derrubada revolucionária da república democrática uma vez que ela esteja instalada há muito tempo, mas somente na dinâmica de um movimento revolucionário que se desenvolve em dois tempos.

No caso da Comuna de Paris, luta pelo estabelecimento da república após o desmoronamento do segundo Império como consequência da derrota na guerra franco-prussiana, DEPOIS o engajamento da luta contra a república nascida desta derrota.

No caso da Rússia, destruição do tsarismo dando lugar a uma república democrática, mas também a uma situação de duplo poder decidido em favor do proletariado, graças à segunda revolução proletária de Outubro.

Nenhum desses episódios intervém na seqüência de uma longa fase de estabilidade da república democrática que entra em crise, mas nas convulsões de uma dinâmica revolucionária que precipita rapidamente as fases em que várias classes sociais esgotam-se no poder, até deixar somente o proletariado diante da história. Trata-se da repetição do esquema clássico da revolução burguesa e de seu traspasse em revolução proletária.

Entretanto e apesar de tudo, a Comuna de Paris testemunha o que deve ser um governo puramente proletário, que não está mais atrelado a qualquer compromisso que seja com as classes burguesas ou pequeno-burguesas: não pode ser senão a **ditadura do proletariado**. Sabe-se que a Comuna pecou por fraqueza, falta de ousadia e ausência de iniciativa nas medidas radicais. Não resta nenhuma dúvida que é o proletariado armado quem inventou sua própria forma de governo.

No que se refere à Rússia, temos igualmente um dos raros exemplos em que o proletariado se mostra capaz de **destruir a democracia burguesa** antes que ela o abata. A revolução foi salva a esse preço, mesmo que por apenas alguns anos. Ao contrário, o exemplo alemão mostra como a derrota da Comuna, que a burguesia em todas as suas frações está pronta para esmagar o proletariado revolucionário.

5.7 Teoria do “curso à esquerda” e república “instalada”.

Vimos que (cf. nosso artigo: “*Marx Engels e a república democrática, o caso francês*”, em www.robingoodfellow.info), principalmente estudando a França dos anos 1880, Marx e Engels observavam uma tendência à radicalização dos partidos burgueses, que se pode qualificar de “curso à esquerda” e que eles identificavam como uma continuação da lógica da revolução francesa de 1792 a 1794 (cf. Engels à Lafargue, 12 de outubro de 1885).

O esquema é sempre o mesmo: assiste-se a uma radicalização da trajetória burguesa, com a chegada ao poder de partidos cada vez mais radicais sob a pressão da luta das classes, até que não haja mais outro partido “de esquerda” a não ser o partido do proletariado. Por exemplo, na França de 1880, Engels previa um encadeamento do seguinte tipo:

“Aliás, todo “partido operário”, com as duas frações que o compõem, representa apenas uma parte infinitamente pequena das massas trabalhadoras de Paris que continuam seguindo ainda pessoas como Clemenceau, contra quem Guesde dirigiu sua polêmica de maneira bastante pessoal – ainda mais uma vez – e não como era preciso. Clemenceau é de fato muito suscetível à evolução e pode – em algumas circunstâncias – ir bem mais longe do que agora, principalmente se ele se der conta de que se trata de lutas de classes; é evidente que ele só se dará conta quando não houver outra escolha. Guesde colocou de vez na cabeça que a república ateniense de Gambetta é bem menos perigosa para os socialistas do que a República espartana de Clemenceau e quer tornar esta última impossível, como se nós, ou qualquer outro partido no mundo, pudéssemos impedir que um país passe pelos estágios de evolução historicamente necessários e sem levar em consideração que na França dificilmente passaremos de uma república à Gambetta ao socialismo, sem passar por uma república à Clemenceau. (Engels a Bernstein 22 setembro 1882)

A expressão “estágios de evolução historicamente necessários” mostra aqui que o partido, na sua avaliação objetiva das condições históricas, é capaz de prever com segurança a evolução dos acontecimentos, porém em nenhum dos casos ele adere ou se torna subserviente a um dos partidos burgueses que se sucedem no poder, qualquer que seja sua atitude “radical”. Trata-se sempre, para o partido proletário, de representar “a oposição do futuro”, quer dizer, a única força política capaz de romper com o marcha burguesa quando chegar o momento. A reforma mais radical desejada por um partido burguês choca-se sempre no final com a questão da propriedade privada.

Em outras passagens, Engels evoca, por outro lado, o fato que o que caracteriza a república moderna (toma como exemplo tanto a Inglaterra, como os Estados Unidos), é a alternância de dois grandes partidos burgueses no poder e mesmo, em certas condições, a reunião da burguesia em um único grande partido.

“... é assim que serão realizadas as verdadeiras condições da dominação integral da classe burguesa, do parlamentarismo no seu apogeu: dois partidos lutando para ter a maioria e tornando-se, cada um por sua vez, governo e oposição. Aqui, na Inglaterra, a dominação é exercida pela classe burguesa na sua totalidade; mas isso não quer dizer que conservadores e radicais formem um único bloco; ao contrário, um partido se reveza com o outro. Se as coisas deviam seguir seu curso clássico e lento, então a escalada do partido proletário os forçaria finalmente, sem nenhuma dúvida, a se fundirem contra essa nova oposição e extra-parlamentar. Mas não é provável que as coisas se passem assim: seu desenvolvimento conhecerá acelerações violentas.” (Engels à Laura Lafargue, 29 outubro 1889)

Devemos determinar também se esses dois aspectos designam duas fases históricas distintas:

- uma, contemporânea da “instalação” da república burguesa, no decorrer da qual poder-se-ia introduzir a brecha da revolução proletária, portanto numa dinâmica própria à revolução permanente, ligando revolução burguesa e revolução proletária.

- outra, correspondendo a uma república mais assentada, uma “república instalada” na qual a única perspectiva é a revolução proletária, que não apenas não exclui mas exige o fato de levar até o fim as reivindicações democráticas.

Convém repetir aqui ainda e sempre, que a república democrática, mesmo a mais “perfeita”, jamais constitui em si um objetivo para o proletariado, mas apenas uma condição. A república é tão mais “perfeita se mostrar que a única solução histórica viável é que ela seja superada, ou seja, destruída. Lenine, em maio de 1917 foi bem claro a esse respeito:

“O tipo de Estado burguês mais perfeito, mais evoluído, é a *república democrática parlamentar*: o poder pertence ao Parlamento; a máquina do Estado, o aparelho e o órgão de administração são os mesmos de sempre: exército permanente, polícia, batalhões de funcionários praticamente irrevogáveis, privilegiados, colocados *acima* do povo.” (Lenine, *As tarefas do proletariado em nossa revolução. Projeto de plataforma para o partido do proletariado.*)

A república democrática, condição necessária, não poderia então constituir um fim em si, mas somente, segundo a fórmula que repetimos várias vezes, o terreno de luta indispensável para a conclusão da missão revolucionária do proletariado. A revolução comunista, quer tenha acontecido na sequência num movimento de traspassamento (modelo da revolução permanente), quer aconteça muito depois, de qualquer maneira é dirigida contra a república democrática, contra o Estado burguês, que ela, por sua vez, reivindica a destruição.

Desde que foram perdidas as ocasiões para essa passagem revolucionária, a república democrática acabou encontrando um regime de cruzeiro, ritmado pela alternância no poder de dois grandes partidos, em que um representa os interesses do capital, o outro os interesses do trabalho, mas sem jamais ultrapassar um horizonte burguês. O erro das correntes da ultra-esquerda, em geral, foi considerar que, a partir daquele momento, o curso da república democrática e seu futuro eram indiferentes. Mesmo sem abrir caminho revolucionário, sempre há um espaço para que o “terreno de luta” se radicalize, se clarifique, se purifique de algum modo. Nesse sentido, o partido proletário deve sempre lutar para ampliar seu terreno de luta, aprofundar as condições propícias à luta revolucionária, mostrando claramente que a solução da questão social não reside *in fine* em uma democracia “mais perfeita”, mas na abolição do regime de propriedade burguês e da forma política que o garante: o Estado, inclusive e, sobretudo, na sua expressão democrática.

5.8 Revolução “pelo alto”

Enfim, para terminar essa tipologia, é necessário mencionar o caso da “revolução pelo alto”.

É na introdução escrita em 1895 para a reedição da obra “As lutas de classes na França”, que Engels emprega o termo de “revolução pelo alto”. Esse conceito é para aproximar-se das análises do bonapartismo, pois significa que a burguesia, vinda do rude combate de 1848 e para continuar a fazer avançar a sociedade sem perder o risco ver-se ultrapassada pelo proletariado, prefere deixar o poder nas mãos de um aventureiro apoiando-se na França rural e no exército. O termo “revolução pelo alto” mostra bem aqui que a tomada do poder por Louis-Napoléon Bonaparte, se ela significava um retrocesso à forma política do estado burguês (em relação à república democrática) não constituía por esta razão um recuo no plano do desenvolvimento das forças produtivas e da sociedade burguesa. Tratava-se, ao contrário, de conduzir esse desenvolvimento, tendo previamente descartado toda ameaça de superação por parte do proletariado segundo os esquemas seguidos durante episódios revolucionários anteriores. Mas isso não significa também que o proletariado havia, de seu lado, renunciado a desempenhar um papel no desenvolvimento da luta das classes. Por isso Engels escreve:

“O período das revoluções por baixo estava fechado por um momento, sucedeu-lhe um período de revoluções pelo alto.”

Da mesma forma que Louis-Napoléon na França, é Bismarck quem foi na Alemanha “o executor testamentário” da revolução de 1848 e realizou então a revolução pelo alto.

Vimos que, mesmo se tratando de formas políticas que desempenham um papel revolucionário, desenvolvendo o modo de produção capitalista e a dominação da burguesia, e desembaraçando-se dos vestígios do feudalismo (Bismarck), o proletariado, mesmo se Marx e Engels lhe reconhecessem circunstâncias atenuantes para não ter defendido a república democrática quando do golpe de estado de Louis-Napoléon Bonaparte, deve defender este campo de batalha, senão conquistá-lo ou reconquistá-lo. Na crítica do programa de Gotha, em que Marx discute principalmente a oportunidade de reivindicar abertamente a república democrática na Alemanha, é lembrado que essa reivindicação estava inscrita no programa dos operários tanto sob Louis-Philippe, como sob o segundo império.

6. A teoria da revolução permanente.

A questão da revolução permanente representa um desafio importante para a teoria revolucionária. Essa definição ficou marcada principalmente pela visão de Trotski, mas ela emana no início de Marx e Engels (“revolução em permanência”), a respeito da revolução de 1848 na Alemanha⁹. Lenine, por sua vez, não emprega esse termo, mas desenvolve a noção de “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”. A análise desses conceitos é crucial para as questões de tática histórica da revolução, pois ela mostra que a dinâmica das relações de classe é sempre muito complexa e que o partido revolucionário deve saber compreender a evolução do curso da luta das classes para intervir com discernimento nos lapsos de tempo às vezes muito breves; a chance histórica do momento de ruptura revolucionária se apresenta raramente duas vezes.

6.1 Marx-Engels

6.1.1 Introdução

Marx e Engels empregam a fórmula de “revolução em permanência” a propósito da revolução de 1848. Eles designam assim a dinâmica da revolução. A revolução burguesa não se esgota em um único episódio, ela se inscreve num intervalo ao longo do qual pode se radicalizar sob impulso do proletariado. Nessa perspectiva, o “ápice” da revolução burguesa: a realização da república democrática, não é senão o prelúdio de revolução proletária. É errado compreender o termo “permanente” como um sinônimo de “contínuo”, pois nas fases sucessivas da revolução existem rupturas. A “permanência” da revolução, ao contrário, não exclui as descontinuidades.

Mas, podemos também perguntar se esse conceito não se aplica igualmente ao desencadeamento da própria revolução proletária. De fato, nenhuma revolução eclode brutalmente sem uma situação de crise que lhe antecede (cf. 5.5). Esse é o sentido da crítica feita por Marx e Engels à tese da “massa reacionária”. Somente no último momento, quando todo movimento é proibido à burguesia, é que ela forma frente ao proletariado e com todas as outras classes da sociedade uma mesma massa reacionária. Até aquele momento não se pode excluir o fato de que, pela luta das classes, pode-se levar mais adiante a marcha do desenvolvimento social.

“O corolário de toda a concepção assentada sobre a “massa reacionária” é que se as condições atuais se encontrassem alteradas, chegaríamos imediatamente ao poder. É um absurdo. Uma revolução é um processo de longo fôlego - cf. 1642-1646, e 1789-1793 – e para que as condições estejam maduras tanto para nós quanto para eles, é preciso ainda que todos os partidos intermediários cheguem um após outro ao poder e se arruinem. É aí então que será a nossa vez – e mesmo assim pode ser que sejamos momentaneamente derrotados uma vez mais.” (Engels à Bernstein 12 Junho 1883)¹⁰

6.1.2 O “Comunicado do Comitê Central à Liga dos Comunistas”, 1850.

Em sua obra dedicada à democracia em Marx, a qual já criticamos, o falecido Jacques Texier confessa não compreender a lógica do “Comunicado do comitê central à liga dos comunistas”¹¹. Na medida em que Texier busca a todo custo fazer Marx e Engels passarem por democratas, a virulência da proposta anti-democrática nesse texto lhe coloca um

⁹ É inegável que o conceito de revolução permanente está realmente presente desde a elaboração da concepção materialista da história (e mesmo antes) e perdura ao longo de toda a existência de Marx e Engels.

“Ela (a vida política) não é possível senão pela oposição violenta contra suas próprias condições de existência, se ela proclama a revolução a revolução como permanente.” (A questão judaica, 1843)

“Ele (Napoléon I) realizou o Terror substituindo a revolução permanente pela guerra permanente.” (A Santa Família, 1844)

“Assim como nós, ele (Marat) não considerava a revolução como terminada e queria que fosse declarada como permanente.” (Engels, Marx e a Nova Gazeta Renana, 1884).

¹⁰ Esta citação ilustra bem o que designamos mais acima como “curso à esquerda”.

¹¹ TEXIER Jacques, Revolução e democracia em Marx e Engels, PUF, 1998 (Edição francesa, p. 191).

problema. Entretanto, esse texto tem uma importância considerável tanto a respeito das questões da democracia como da revolução permanente. Ele estabelece também pontos fundamentais sobre a tática do proletariado.

Em 1848 na Alemanha, a burguesia liberal mal chegando ao poder se apressa em “refluir imediatamente os operários, seus aliados da véspera do combate, à sua antiga situação de oprimidos”. Prefere fazer aliança com o partido feudal, até mesmo ceder-lhe o poder, em vez de correr o risco de deixar um grande espaço político ao proletariado, este inimigo bem mais implacável.

Essa tendência “natural” da burguesia em abandonar o terreno é combatida em sua ala esquerda por frações que Marx chama de “partido democrático”:

- As frações avançadas da grande burguesia que procuram ver-se livres do feudalismo e do absolutismo;
- Os pequeno-burgueses partidários de um “Estado federal mais ou menos democrático”;
- Os pequeno-burgueses republicanos “cujo ideal é uma república federativa alemã no gênero da Suíça, e que se denominam hoje de vermelhos e social-democratas, por que se embalam da doce ilusão de suprimir a opressão do pequeno capital pelo grande capital, do pequeno burguês pelo grande burguês. Os representantes dessa fração foram membros dos congressos e comitês democráticos, dirigentes das associações democráticas, redatores dos jornais democráticos.”

No “Comunicado” está claro que o próximo episódio da revolução democrática (que não foi concluída na Alemanha em 1848) será desencadeado por esse partido democrático, **ao lado** do qual estará o proletariado, sem que para tanto realize uma união formal com ele (“Em se tratando de conduzir o combate contra um adversário comum, não é necessário uma união particular. Quando for necessário combater diretamente tal adversário, os interesses dos dois partidos coincidem momentaneamente; e no futuro, como até aqui, esta aliança prevista simplesmente para o momento se estabelecerá por si mesma”).

Os motivos que forçam o partido democrático a lançar-se em um movimento revolucionário não são os mesmos do proletariado. Para este último, trata-se de destruir os fundamentos do capitalismo, enquanto que a pequena-burguesia não pode ultrapassar o horizonte da organização do modo de produção capitalista; donde suas reivindicações para um maior espaço econômico e político para o pequeno capital, pela redução dos gastos públicos, pelo aumento dos impostos dos proprietários fundiários e dos grandes capitalistas, pela generalização do regime da pequena propriedade burguesa nos campos. Esse reformismo concerne também à classe operária, da qual se deseja melhorar sua sorte por uma alta dos salários, uma garantia contra o desemprego... (Marx ressalta que apenas uma única fração do partido democrático defende esse tipo de reivindicações).

Nessas condições, a aliança do partido do proletariado com o partido democrático só pode ser temporária. Uma vez no poder, o partido democrático inevitavelmente conduzirá a mesma política anti-proletária como fizeram os burgueses liberais no decorrer do episódio revolucionário de 1848. Por sua vez, o proletariado tem o dever de “tornar a revolução permanente, até que todas as classes mais ou menos favorecidas tenham sido afastadas do poder, que o proletariado tenha conquistado o poder e que, não apenas em um único país, mas em todos os países reinantes do mundo a associação dos proletários tenha progredido o suficiente para fazer cessar, nestes países, a concorrência dos proletários e concentrar em suas mãos as forças produtivas decisivas.”

Tornar a revolução permanente significa aqui defender sem interrupção as reivindicações do proletariado, que não procura organizar a sociedade capitalista, mas destruí-la. E esta última reivindicação manifesta-se ao mesmo tempo antes, durante e depois da revolução democrática conduzida pelo partido democrático pequeno-burguês. Essa defesa de suas reivindicações passa, para o proletariado, pela autonomia de suas posições políticas e sua

organização em partido político, na fase que antecede a revolução, pelo seu **armamento** desde as primeiras horas da revolução, e pela sua organização em entidades autônomas (clubes, conselhos) capazes de combater as medidas decretadas pelo governo democrático. O papel do proletariado durante esse período é o de levar adiante o curso da revolução, reivindicando medidas que colocam em causa a organização social em vigor, a propriedade dos meios de produção, etc., em suma, medidas que, sem serem de imediato forçosamente socialistas, estão já em ruptura com a sociedade burguesa e, como tais, inaceitáveis pela pequena-burguesia mesmo radical e democrática.

“Vimos como os democratas ascenderão ao poder no momento do próximo movimento e como serão forçados a propor medidas mais ou menos socialistas. A questão é saber quais medidas serão então opostas pelos trabalhadores. É evidente que no início do movimento os trabalhadores não podem ainda propor medidas diretamente comunistas. Mas podem:

1. Forçar os democratas a intervirem, sobre o maior número de pontos possível, na organização social existente, a perturbarem a sua marcha regular, a se comprometerem em concentrarem nas mãos do Estado o máximo possível de forças produtivas, de meios de transporte, de fábricas, de estradas de ferro, etc.
2. Devem levar ao extremo as propostas dos democratas que, de qualquer forma, não se mostrarão revolucionários, mas apenas reformistas, e transformar estas propostas em ataques diretos contra a propriedade privada. Se, por exemplo, os pequeno-burgueses propõem recomprar as estradas de ferro e as fábricas, os operários devem exigir que estas estradas de ferro e estas fábricas sejam totalmente confiscadas, sem indenização, pelo Estado como propriedade de reacionários. Se os democratas propõem o imposto proporcional, os operários exigem o imposto progressivo. Se os mesmos democratas propõem um imposto progressivo moderado, os operários exigem um imposto cujos patamares sobem muito rápido para que o grande capital fique comprometido. Se os democratas exigem a regulamentação da dívida pública, os operários exigem a falência do Estado. As reivindicações dos operários deverão então se pautar por todos os lados sobre as concessões e as medidas dos democratas”.

6.1.3 Comentário

Com relação ao debate que oporá, em seguida, Trotski a Lenine, é importante tirar as lições desse episódio de 1848-1850.

- a) Na ausência de um partido burguês dirigindo a revolução (hipótese descartada a partir de 1848), é o partido burguês democrata, ele mesmo heterogêneo tanto na sua composição social, como na sua representação política (do liberalismo anti-feudal ao socialismo pequeno-burguês), que o substitui na ofensiva revolucionária;
- b) O proletariado deve aproveitar esse momento para conduzir sua própria luta, ao lado do partido democrático, mas sem qualquer aliança formal ou institucional com ele; ele sabe que este partido só poderá voltar-se, por sua vez, contra o proletariado para esmagá-lo, uma vez atingido seus objetivos, devendo aproveitar o movimento para assegurar as mais sólidas posições¹²;
- c) Declarar a revolução em permanência significa levar adiante, o mais longe possível, as medidas tomadas pelo partido democrata pequeno-burguês, inclusive até “transformar estas proposições em ataques diretos contra a propriedade privada”;

¹² Na realidade, em 1848, na Alemanha, não foi possível atingir esse nível e o proletariado comportou-se como a ala esquerda da democracia. Marx e Engels levaram isso em conta quando declararam a Nova Gazeta Renana como órgão da democracia. Como escreveu Engels em 1884: “... o proletariado alemão surgiu inicialmente na cena política como o partido democrata mais extremado. É o que nos deu naturalmente uma bandeira, a nós que viemos a criar um grande jornal na Alemanha. Este só podia ser o da democracia, mas de uma democracia que evidenciava, por toda parte e em detalhes, um caráter especificamente proletário que ela não podia ainda inscrever, de uma vez por todas, na sua bandeira.” (Engels, Der SozialDemokrat, 13.3.1884)

- d) Essas medidas não são “diretamente comunistas”, ao menos no início; antes de “apoderar-se do poder e fazer triunfar seus interesses de classe”, os proletários devem “realizar por inteiro uma evolução revolucionária muito longa.” No entanto, mesmo num país (Alemanha) que está longe de haver atingido o grau de desenvolvimento das forças produtivas da Inglaterra, ou até da França, é possível uma primeira superação que tenda a medidas que colocam em causa a propriedade privada, mesmo no quadro de uma revolução que permanece fundamentalmente burguesa. O materialismo marxista não é mecânico e não divide os períodos históricos considerando a base material de maneira restrita e formal. É levando o mais longe possível o desenvolvimento histórico do capitalismo, que o proletariado cria as condições da superação da sociedade burguesa, mesmo se esta superação não for imediata.

6.2 Lenine

6.2.1 Intervenção do proletariado na revolução democrática

Com base em uma constatação reconhecida por todos na Rússia, segundo a qual as condições históricas não estavam maduras para a revolução proletária, Lenine teve de combater a corrente menchevique, a qual estimava que, por esta razão, o proletariado não devia engajar-se na revolução e que convinha esperar que a burguesia tivesse concluído, primeiro, sua tarefa histórica.

Encontraremos o essencial da posição de Lenine sobre a questão na obra “Duas táticas da social-democracia na revolução democrática”, publicada em 1905. Nela, Lenine resume o dilema colocado ao proletariado nestes termos: ou desempenhar “o papel de um auxiliar da burguesia”, ou “o papel de dirigente da revolução popular”.

Quanto à questão da natureza da revolução futura na Rússia, os mencheviques cometem o erro em considerar que o proletariado não tem interesse na revolução futura já que é burguesa. Ao contrário, Lenine e os bolcheviques defendem a tese segundo a qual, já que a revolução burguesa apresenta “as maiores vantagens para o proletariado”, já que “a revolução burguesa é absolutamente indispensável para o interesse do proletariado”, este último deve não apenas participar, mas também encabeçá-la para completá-la da maneira mais radical possível. No caminho das reformas, preferido pela burguesia, o proletariado opõe o caminho da revolução que varrerá com mais rapidez e segurança, e completamente, os obstáculos ao desenvolvimento da sociedade capitalista.

“A própria situação do proletariado, enquanto classe, força-o a ser democrata com o espírito de seguir em frente. A burguesia olha para trás, temendo o progresso democrático que ameaça aumentar as forças do proletariado. O proletariado nada tem a perder a não ser suas correntes. Ele tem um mundo a ganhar por meio do democratismo. Também, quanto mais a revolução burguesa for conseqüente nas suas transformações democráticas, menos ela se limitará àquelas que só são vantajosas para a burguesia. Quanto mais conseqüente for a revolução, mais ela assegurará vantagens ao proletariado e ao campesinato na revolução democrática.” (Lenine, Duas táticas...)

Assim, a revolução pode conhecer duas saídas, uma radical com a queda completa do tsarismo, outra reformista, que se traduzirá pelo compromisso entre o tsarismo e os elementos mais moderados (inconseqüentes) da burguesia¹³.

6.2.2 O proletariado e o quadro democrático

O proletariado não pode decidir (como fazem os anarquistas, por exemplo) passar ao lado ou por cima do quadro democrático, mas pode e deve trabalhar para a sua expansão, generalização e radicalização. Existem duas formas de democracia burguesa, uma

¹³ “Esse desfecho seria mais ou menos parecido com o de quase todas as revoluções democráticas da Europa no século XIX e o desenvolvimento do nosso Partido seguiria então um caminho árduo, penoso, longo, mas familiar e já vencido.” (Lenine, idem)

revolucionária republicana e outra liberal monarquista. É evidentemente a forma revolucionária republicana a mais propícia para o desenvolvimento posterior da luta de classes proletária e pela qual o proletariado deve lutar.

Aqui, Lenine é perfeitamente conseqüente com a tese desenvolvida por Marx e Engels. Assim sendo, a questão colocada é a das forças sociais capazes de desenvolver a forma mais radical. Ora, o inventário dessas forças sociais na Rússia mostra que nem a grande burguesia, nem os grandes proprietários fundiários, nem a burguesia industrial constituem essas forças revolucionárias. Somente as forças “populares”, quer dizer o proletariado e o campesinato, são capazes de conduzir o processo revolucionário.

6.2.3 A “ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”

Resta definir a forma na qual tudo isso pode se realizar:

“A vitória decisiva da revolução sobre o tsarismo, é a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato.” (Lenine, idem)

Como falar de “ditadura democrática”? Não é uma contradição nos termos?

Para Lenine, o adjetivo democrática não designa aqui a forma, mas o conteúdo. É preciso que haja ditadura para quebrar a resistência burguesa, repelir os ataques da contra-revolução. Mas, essa fase da revolução é e não pode ser senão burguesa, pelas medidas que ela toma¹⁴. Ela corresponde, pois, à fase democrática do movimento histórico, isto é, ainda não socialista. Em contrapartida, a forma, quer dizer, a maneira pela qual se aplicam essas medidas ainda burguesas, só pode ser constrangedora, ou seja, ditatorial.

“A palavra de ordem de ditadura “democrática” exprime justamente esse caráter histórico limitado da revolução atual e a necessidade de uma nova luta, no terreno de uma nova ordem das coisas, para a libertação completa da classe operária de toda opressão e de toda exploração.” (Lenine, idem)

No “Comunicado” de 1850, Marx e Engels prevêm que a política do partido democrata alemão na questão agrária será a mesma que a da burguesia francesa na revolução: abolir a propriedade feudal para criar a propriedade burguesa: “em outros termos, deixarão que o proletariado rural subsista e que se forme uma classe camponesa pequeno-burguesa que deverá percorrer o mesmo ciclo de empobrecimento e endividamento crescentes, no qual o camponês francês ainda se encontra na hora atual.”

Para “opor-se a esse plano”, os proletários, assim como “os democratas fazem aliança com os cultivadores”, devem fazer aliança com o proletariado rural, a fim de criar as bases de uma propriedade coletiva (associativa) que explora a terra “com todas as vantagens da grande cultura.” De seu lado, Lenine avança a palavra de ordem de nacionalização da terra, a palavra de ordem mais radical compatível com o modo de produção capitalista (desaparecimento da renda absoluta, manutenção da renda diferencial).¹⁵

6.2.4 A revolução permanente

Embora Lenine não empregasse este termo, o conceito está bem presente. Na sua crítica aos argumentos dos mencheviques (“Nouvelle Iskra”), Lenine mostra com firmeza que tais argumentos decorrem do sofisma que tem aparências do radicalismo. Para os mencheviques, participar do governo provisório é desiludir as massas, pois este governo não pode tomar medidas socialistas. É melhor então fazer uma pressão do exterior, ser uma força “crítica”. Eis aqui o sofisma. Isso tem uma aparência radical, mas Lenine levanta a

¹⁴ “Entretanto, isso não será evidentemente uma ditadura socialista, mas uma ditadura democrática. Ela não poderá afetar (sem que a revolução tenha superado diversas etapas intermediárias) os fundamentos do capitalismo. Poderá, no melhor dos casos, realizar uma redistribuição radical da propriedade fundiária em benefício do campesinato; aplicar a fundo um democratismo conseqüente até, e inclusive, a proclamação da República; arrancar as sobrevivências do despotismo asiático, não apenas da vida dos campos, mas também da vida das fábricas; iniciar seriamente a melhoria das condições dos operários elevando seu nível de vida; (...) a revolução democrática não sairá diretamente do quadro das relações sociais e econômicas burguesas (...)” (Lenine, idem)

¹⁵ Cf. A questão agrária no sítio de Robin Goodfellow: <http://www.robingoodfellow.info/pagesfr/textsrefonds/gagraire.pdf> (em francês).

lebre na seguinte frase: “de outro lado [essa participação] obrigaria as classes burguesas a se desviarem da revolução da qual ela diminuiria assim a envergadura”. A frase anarquista (não participação) combina com oportunismo. Sob pretexto de não se comprometer, cede-se todo o terreno à burguesia.

Ora, em 1905, em 1917, bem como em 1848 na Alemanha, havia apenas duas soluções para o movimento histórico:

- ou deixar a burguesia “inconseqüente”, “ávida e covarde”, dominar o povo na revolução;
- ou assegurar ao invés e no lugar da burguesia a conduta corajosa e decidida do processo revolucionário até seu final.

A execução da segunda solução implica uma análise da situação das classes:

- A burguesia russa é revolucionária apenas no âmbito dos seus interesses limitados (ao contrário da burguesia francesa de 1789, mas como a burguesia alemã de 1848). Desde que estes interesses sejam satisfeitos, ela se alinhará ao lado da reação, ela própria constituída pela autocracia, corte, funcionários, polícia e exército.
- Somente o proletariado é “capaz de caminhar com firmeza até o fim, pois vai bem além da revolução democrática” (Lenine, idem)
- O campesinato é uma classe híbrida, com elementos semi-proletários e elementos pequeno-burgueses, sendo então instável. O campesinato será um dos baluartes seguros da revolução se o curso desta não for interrompido, mesmo no mais puro quadro burguês. Trata-se de dar ao campesinato tudo o que lhe interessa, mesmo que seja para atingir uma finalidade puramente burguesa. Por outro lado, segundo Lenine, o campesinato necessita da democracia para que seus interesses gerais sejam representados.

Nessas condições, a palavra de ordem não pode ser outra senão a da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, mas isso se deveu às circunstâncias históricas particulares que a revolução democrática conduzida pelo proletariado colocou-se justamente como tarefa de superação.

A república democrática não é o horizonte final da revolução, é, como dizia Engels, a “forma específica para a ditadura do proletariado”. Isso implica portanto que, uma segunda revolução, a socialista, segue a primeira.

1. “O proletariado deve fazer a revolução democrática até o final, juntando-se à massa dos camponeses, para esmagar pela força a resistência da autocracia e paralisar a instabilidade da burguesia.”
2. “O proletariado deve fazer a revolução socialista juntando-se à massa dos elementos semi-proletários da população, para quebrar pela força a resistência da burguesia e paralisar a instabilidade do campesinato e da pequena burguesia.”

A segunda revolução será tão mais facilitada quanto mais radical for a primeira, quanto mais longe ela terá ido na remoção dos obstáculos feudais ou semi-feudais. Por essa razão é que cabe ao proletariado dirigi-la, na ausência de uma burguesia resoluta.

Não é pela única virtude do conteúdo de classe de um poder político que se pode passar por cima dos diferentes momentos do desenvolvimento histórico. Onde, o fato que a ditadura do proletariado, em tal fase, seja qualificada de “democrática”. Em contrapartida, assim que um desses momentos se imponha de maneira incontornável na cena histórica (aqui, a revolução anti-feudal), e a classe que devia encarregar-se dele (aqui, a burguesia) falha, cabe a uma classe mais corajosa, mais decidida (aqui, o proletariado) assumi-lo.

A tese de Lenine não consiste, portanto, em prever o encadeamento de uma revolução conduzida pela burguesia com o proletariado permanecendo passivo, à qual sucederia uma

revolução socialista; ela vê a conduta e o acabamento da revolução burguesa pelo proletariado aliado ao campesinato. Como no “Comunicado” de 1850, trata-se de fazer aliança com o proletariado rural contra os (novos) proprietários fundiários. Não se trata aqui, no momento, de revolução socialista, tampouco de ditadura do proletariado.

6.3 Trotski

6.3.1 A respeito da obra “A revolução permanente”

O texto de Trotski, “A revolução permanente”, foi escrito em 1929. Trotski busca restabelecer a verdade das suas posições passadas frente à campanha de calúnias da qual foi vítima de parte dos stalinistas e principalmente de Karl Radek. Um contexto político delicado é o da tática frente à China. O contexto desse texto não é apenas histórico com relação à revolução russa, mas encontra também uma atualidade em relação à tática da revolução chinesa.

Trotski se propõe a demonstrar que não há diferença fundamental entre ele e Lenine, e que após 1905 eles estavam de acordo sobre o essencial. Particularmente, Trotski diz que não negava que a futura revolução seria burguesa, porém considerava que não seria concluída pela burguesia. Em “Nossa revolução” (*Natchalo*, 1905), Trotski escrevia:

“...A posição de vanguarda que a classe operária ocupa na luta revolucionária, a ligação direta que a une à campanha revolucionária, a influência que exerce sobre o exército, tudo isso leva irresistivelmente ao poder. A vitória completa da revolução significa a vitória do proletariado. Esta, por sua vez, significa a permanência ulterior da revolução.”

Para Trotski, a partir do momento em que não há força capaz de realizar a revolução democrática a não ser o proletariado, a perspectiva aberta é a da ditadura do proletariado, portanto o traspasse revolucionário (a fronteira entre “o programa mínimo e o programa máximo” é assim abolida, o coletivismo está na ordem do dia).

Ao mesmo tempo, Trotski não reconhece a palavra de ordem “ditadura democrática”.

“Por causa disso não há razão para uma forma especial da ditadura proletária na revolução burguesa, principalmente da ditadura democrática do proletariado (ou do proletariado e do campesinato). A classe operária não poderia assegurar um caráter democrático à sua ditadura se não superasse os quadros do programa democrático da revolução.” (Balanço e perspectivas, 1905).

Convém aqui lembrar que Trotski subordinava essa possibilidade à revolução mundial (mas deve-se também notar, ao contrário, que na ausência dessa revolução, o proletariado não podia manter o poder por muito tempo, mas devia mais cedo ou mais tarde ceder lugar a uma força estável capaz de enquadrar o desenvolvimento capitalista: a burocracia).

Os ataques stalinistas responsabilizavam Trotski por não reconhecer o papel do campesinato. Ora, Trotski estima que a revolução não pode vencer sem a participação desse último, mas que essa classe, não sendo capaz de um movimento revolucionário autônomo, não pode agir senão dirigida pelo proletariado.

6.3.2 A respeito da fórmula da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”

Trotski estima que Lenine emitiu aqui uma hipótese acadêmica (que ele qualifica de “hipótese algébrica”), cuja aplicação podia suscitar modelos variados, e que jamais foi aplicada historicamente. De fato, para Trotski, a partir de fevereiro ainda não se tratava desse tipo de ditadura e, após outubro, essa fórmula não se aplica mais, já que a questão era a ditadura do proletariado pura e simples.

Para Trotski, o adjetivo “democrático” remete à natureza de classe – campesina – da revolução burguesa. Ora, o campesinato não pode constituir um partido revolucionário (se houvesse um país onde, segundo Trotski, poderia ter se constituído em um partido

camponês se esta possibilidade histórica fosse comprovada, era a Rússia. Ora, o máximo dessa experiência fora o partido socialista-revolucionário que despencou na contra-revolução).

“Não se tratava pois [para mim] de saber se a Rússia estava realmente diante das tarefas democráticas cuja realização exigia métodos revolucionários, ou se a aliança dos camponeses e do proletariado era indispensável para esta realização. Tratava-se de definir qual a forma política de partidos e de Estado poderia tomar a colaboração revolucionária do proletariado e do campesinato e quais conseqüências decorreriam daí para a revolução.” (Revolução Permanente)

Toda a questão é saber, na “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, quem dá as cartas, quem dirige. Para Trotski, como para Lenine, é o proletariado.

Trotski se defende de ter negado a necessidade da revolução burguesa na Rússia. Ele cita passagens onde evoca a revolução “ininterrupta” na qual se desenrola a passagem da revolução burguesa para a revolução socialista. Mas, introduz uma nuance importante, quando diz que o proletariado “pela própria lógica de sua situação, seria conduzido a numa certa etapa da revolução, diante de problemas puramente socialistas (nós sublinhamos).”

Nunca houve (na Rússia) “ditadura democrática”?

Para Trotski, não haveria razão em caracterizar assim o período que vai de fevereiro a outubro. Ora, o que se estabelece após Outubro, segundo ele, é a ditadura do proletariado, mais exatamente “a ditadura do proletariado apoiada pela guerra camponesa (expressão de Marx)” – o parêntese é de Trotski.

Assim, para Trotski, a fase de duplo poder antes de Outubro não era ainda a ditadura democrática desejada por Lenine, enquanto que a fase aberta em Outubro já não a era mais: era simplesmente a ditadura do proletariado, na qual o campesinato pobre e os elementos semi-proletários agiam de maneira subordinada ao partido do proletariado. Toda a questão aqui é de saber não qual é o componente sociológico do partido no poder, mas qual política ele é constringido a fazer, em função do estado do desenvolvimento das forças produtivas e das condições materiais da sociedade. A Esquerda comunista da Itália reprovará Trotski pelo erro em ter acreditado que a ditadura do proletariado podia permitir desembocar imediatamente em um traspasso na direção à revolução socialista.

6.4 A crítica dos bordiguistas

No número 57 (Outubro-Dezembro 1972) de *Programme Communiste* (Programa Comunista), o PCI (Partido Comunista Internacional) desenvolve uma crítica completa do trotskismo sobre quatro pontos, entre os quais a revolução permanente.

Preocupando-se com uma defesa completa de Lenine, o PCI concluiu do debate entre Lenine e Trotski que o segundo inova, enquanto o primeiro permanece integralmente na linha do Marx de 1848. Trotski realmente afirma que Lenine tinha mudado de opinião, em 1917, em relação às teses defendidas em “Duas táticas...” e finalmente aderiu à sua teoria da revolução permanente. O PCI avaliou que isso não ocorreu e que Lenine manteve-se totalmente fiel à visão defendida a partir de 1905.

Para Trotski, não houve “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, pois o proletariado é levado a tomar medidas “socialistas” assim que chega ao poder. Mas, de acordo com o PCI, não compete à política (questão da classe dirigindo a revolução) fornecer as condições materiais para a realização do socialismo quando elas não existem, como é o caso da Rússia (esta realidade era reconhecida tanto por Lenine como por Trotski – como aliás pelos mencheviques). Neste último caso, como na Rússia, as medidas às quais o proletariado no poder é levado a tomar só podem ser medidas burguesas e não socialistas. O PCI comenta que todo o problema surge porque Trotski apresenta como socialistas medidas que não saem efetivamente do quadro capitalista: nacionalização das indústrias, medidas contra o desemprego, etc.

Congelar a tese da revolução permanente, congelar a idéia que em todos os lugares e todo o tempo o proletariado deva “fazer aliança com o campesinato”, é abrir o caminho para as elucubrações de terceiro-mundistas e outros esquerdistas que confundiram, em todo o período da segunda metade do século vinte, as revoluções burguesas em Cuba, na África, etc., falsamente apresentadas em nome do socialismo, com revoluções “proletárias” e as construções políticas que se seguiram com “estados operários”.

Contra Trotski, o PCI explica que não é suficiente que o poder tenha sido tomado pelo proletariado (o que efetivamente aconteceu em Outubro de 1917) para que houvesse um traspassamento no sentido de revolução socialista, se as condições históricas não estivessem desenvolvidas para que fossem tomadas medidas socialistas.

“Entre as duas fases existe uma diferença na direção histórica, entre aquela em que as necessidades do desenvolvimento da produção mercantil no campo impedem o advento de formas socialistas na própria indústria, e aquela em que nada mais se opõe ao seu surgimento e generalização nestes dois setores. Somente durante a passagem da primeira à segunda é que se verifica esse traspassamento da revolução democrática burguesa em revolução comunista e que Trotski colocava inconsideradamente no momento da tomada política do poder pelo proletariado.” (Programme Communiste, no.57, Outubro-Dezembro 1972)

Programa Comunista escreveu igualmente:

“Consideramos pois como radicalmente falsa a oitava das “Teses” sobre a revolução permanente que funda todo o edifício: “A ditadura do proletariado, que tomou o poder como força dirigente da revolução democrática, é rápida e inevitavelmente colocada diante de tarefas que a forçarão fazer incursões no direito de propriedade burguesa. A revolução democrática transforma-se diretamente em revolução socialista no decorrer de seu desenvolvimento e torna-se assim uma revolução permanente.” (Idem, p.26)

De fato, das duas frases da citação de Trotski retomadas aqui, a segunda é realmente ambígua. Não há transformação direta (automática) da revolução democrática em revolução socialista. Mas, a primeira frase reflete uma situação que já tinha sido considerada no Comunicado de 1850. Mesmo se a nacionalização das propriedades não é em si socialista, ela constitui uma “incursão no direito de propriedade burgues” (Trotski), em “ataques diretos contra a propriedade privada” (Marx).

6.5 Conseqüências dessa teoria.

Esse exemplo é particularmente importante não apenas no plano da pesquisa histórica. Se resumirmos as posições sucessivas, teremos:

- a) Após uma primeira derrota da revolução burguesa na Alemanha (1848-1849), Marx e Engels consideram seriamente que o próximo episódio revolucionário se faça com a iniciativa do partido democrático pequeno-burguês (a própria burguesia havia perdido todo o crédito neste plano). Nesse caso, eles exortam a Liga dos Comunistas, isto é, o partido proletário, a combater ao lado desse partido democrático, sem confundir as organizações, na perspectiva de uma radicalização do curso da revolução, a fim de desestabilizar completamente a sociedade burguesa e impelir ao máximo as condições do socialismo. Notemos que não se trata mais aqui de uma simples revolução burguesa anti-feudal, que já ocorrera em 1848, mesmo se seu entusiasmo tivesse sido quebrado pela reação, mas de uma realização dessa revolução sob a égide do partido pequeno-burguês. O que Marx e Engels prevêem e esperam é que esse movimento, com a falência sucessiva dos diferentes partidos no poder, desemboque na chegada ao poder do partido mais extremo, a saber, o partido proletário.
- b) Em 1905, Lenine prevê uma revolução dupla na Rússia. Em Abril de 1917, ele compreende que, nas forças presentes, só a classe proletária é capaz, aderindo a si o pequeno campesinato revolucionário, de conduzir bem as tarefas da revolução e

lança um apelo, contra todo estado maior bolchevique, para que ela se prepare para tomar o poder. Mas, em todos os casos, Lenine avalia que o que está na ordem do dia na Rússia, na ausência de uma revolução proletária no Ocidente, não pode ser o socialismo, mas somente o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Contudo, sobre essa base material burguesa, a única classe capaz de conduzir a revolução burguesa até o fim é o proletariado.

- c) Quanto a Trotski, ele estima que a partir do momento em que o proletariado é obrigado a assumir, por razões históricas, a direção da revolução burguesa, ele pode conduzi-la a um ponto em que podem ser tomadas medidas de transição para o socialismo.
- d) Os bordiguistas do PCI refutam essa tese taxando-a de idealista, pois, não é o fato de uma direção de natureza política que, embora historicamente seja o único caminho possível, pode sozinha transformar as condições materiais da sociedade. Concordando com Lenine, “Programa Comunista” afirma que a ditadura do proletariado podia, na Rússia e na ausência de uma ruptura revolucionária no ocidente, apenas conduzir bem essas mesmas tarefas burguesas que todas as outras classes – burguesia e pequena-burguesia – haviam abandonado; nada mais do que isso.

O que aparece claramente aqui é que nem Lenine, nem Trotski, nem o PCI restituem na sua integralidade, em toda sua fineza dialética, a posição de Marx e Engels. Cada um insiste em um aspecto, de maneira unilateral.

Lenine, preocupado em não alimentar a ilusão da possibilidade da revolução comunista num país atrasado pela ausência de uma revolução vitoriosa no Ocidente, insiste na vertente democrática da revolução, na necessidade de levar a democracia burguesa até o fim, no intuito de preparar o “terreno de luta”. Trotski, por sua vez, defende a necessidade de se levar a revolução até sua superação em revolução socialista, sem ver que o tipo de medidas que descreve não são elas mesmas, efetivamente, outra coisa senão medidas radicais burguesas. O erro de Trotski é confundir a tarefa necessária de levar a revolução burguesa até suas mais extremas conseqüências, levar a democracia burguesa até o limite, com a revolução socialista. Se ele vê bem que entre essas duas medidas há um salto qualitativo, identifica-o com uma transformação econômica da sociedade, enquanto que o traspassamento intervém na natureza política da revolução: seu traspassamento de revolução burguesa em revolução proletária.

Em conformidade com o que dizia Marx, o partido mais extremista, o partido proletário, chegou efetivamente ao poder. A revolução conheceu na mesma ocasião uma mudança qualitativa inédita: o fato de poder superar os limites históricos nos quais ela estava supostamente inscrita. O fim da revolução burguesa significou ao mesmo tempo, através da afirmação crescente do proletariado na cena política, o início da revolução proletária. Lenine não havia antecipado esse fenômeno inédito, mas o reconheceu quando ele ocorreu. Trotski havia-o antecipado, mas com elementos de confusão entre revolução socialista e revolução proletária.

É verdade que - o que não afirma o PCI - houve realmente nos fatos traspassamento no sentido político e manifestação da ditadura do proletariado na Rússia (1917), forma que irá envolver por si mesma numa formação de tipo ditadura democrática (1921), antes de definitivamente voltar à órbita da burguesia mundial (1927).

7. Partido, proletariado e contra-revolução

O curso histórico descrito nas páginas precedentes tornou-se, a partir do final dos anos 1920, o da contra-revolução mundial generalizada. Isso não quer dizer que a luta das classes deixou de existir nem de influir sobre o curso dos acontecimentos, mas nesse caso o proletariado manifestou-se sem que tenha se constituído em partido político distinto, sem reivindicar claramente sua teoria, suas palavras de ordem, todo o resto lhe sendo suprimido e travestido (suas siglas, suas bandeiras, seus cantos...); não agiu mais senão como a ala esquerda do movimento democrático ou de movimentos burgueses revolucionários.

Na medida em que toda a tradição proletária foi travestida, negada, desprezada, desviada, teria o proletariado novamente que percorrer completamente o ciclo descrito por Engels: da tomada de consciência para formar uma classe dividindo interesses comuns, à constituição em partido político distinto e oposto a todos os outros partidos? Se esse for o caso, pode-se esperar que o percurso desse ciclo o conduza mais rapidamente a um nível de consciência, de organização e de ação incomparavelmente mais alto do que o de 1848, principalmente por causa da expansão mundial do proletariado, das lições da história que ele pode ter tirado e dos progressos da sua teoria. Mas, é difícil para nós atualmente prever, onde, quando e como se fará a ruptura.

A reconstituição de um partido comunista, pronto para dirigir a revolução proletária é uma condição *sine qua non* para a sua futura vitória. É importante, pois, perguntar-se sob qual forma e também quando a re-emergência do proletariado revolucionário e de seu partido serão possíveis. Em nenhum caso a resposta vem da procura de uma nova teoria revolucionária. Essa tese da falência do marxismo já havia sido defendida por Korsch, por exemplo, nos anos 1930. Ora, a história destes últimos 80 anos e a evolução histórica só confirmaram a justeza da teoria revolucionária, mesmo se, em todos os outros planos, militar e político, o proletariado foi severamente derrotado.

7.1 A recomposição do proletariado, anterior à sua reconstituição em partido político

Em seu prefácio à edição americana de 1887 de “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels analisa um movimento ainda nascente. Resume novamente o que foi, desde 1848, a posição dos comunistas em relação ao desenvolvimento do proletariado como classe revolucionária:

- É preciso inicialmente tomar consciência do fato de formar uma classe (este processo, que levou “anos e anos” na Europa, diz Engels, desenrola-se rapidamente nos Estados Unidos);
- Em seguida, esta consciência de classe leva-o “a constituir-se em um partido político distinto, independente e inimigo de todos os antigos partidos políticos formados por diferentes frações da classe dominante”;
- Enfim, este partido deve dotar-se de um “programa positivo distinto” com o qual “o partido está de acordo”, programa este que defende a ação política do proletariado e o objetivo socialista de sua ação:

“Conseqüentemente, o programa do proletariado americano deverá coincidir no longo prazo, quanto ao objetivo final a ser atingido, com aquele que se tornou, após sessenta anos de divergências e debates, o programa adotado pela grande massa do proletariado militante da Europa. Deverá proclamar como objetivo final a conquista do poder político pela classe operária, a fim de efetuar a apropriação direta de todos os meios de produção – solo, estradas de ferro, minas, máquinas, etc. – por toda a sociedade, e sua colocação em prática por todos, para o bem de todos.”

O que está descrito aqui é um movimento histórico de longo prazo, que passa por uma maturação do proletariado, amadurecimento que as crises e a lógica da luta das classes podem apressar, mas que não poderia ser acelerado artificialmente, nem pela propaganda, nem pela adoção de posturas extremistas, radicais nas palavras e idealistas nos fatos.

Sem pensar forçosamente que o proletariado terá que percorrer novamente todo o ciclo do passado, em todas suas etapas particulares, a ruptura com uma fase de contra-revolução tão longa e intensa, as mudanças operadas na composição do proletariado, a emergência de novas camadas proletárias em escala internacional, o desenvolvimento sem precedentes da população mundial, o crescimento urbano, fazem imaginar que, antes de tudo, o proletariado internacional deverá retomar a consciência de sua identidade e de sua força.

Nessas condições, outra questão é saber se o proletariado deverá passar novamente pelas formas de representação política ainda imaturas ou impróprias, que teriam, de todo modo, o apoio da vanguarda política, como foi admitido por Marx e Engels no século XIX, para os Estados Unidos, com relação a Henry George como ilustra a citação abaixo:

“É muito mais importante que o movimento deva se estender, prosseguir de maneira harmoniosa, enraizar-se e abraçar tanto quanto possível todo o proletariado americano, do que partir e ressurgir, desde o início, em bases teóricas perfeitamente corretas. Não há caminho melhor para o esclarecimento teórico do que aprender com os próprios erros. Para a maioria da classe não há outro caminho, em particular, para uma nação tão eminentemente prática e tão desdenhosa de teoria como os americanos. A melhor coisa é ter a classe operária agindo *como classe*; uma vez obtido isto, eles encontrarão rapidamente a direção correta, e todos que resistirem (Henry George ou Powderly) serão deixados de lado com suas próprias seitas. Portanto, eu também considero os Cavaleiros do Trabalho (*Knights of Labour*) um fator importante no movimento que não deveriam ser ridicularizados do lado de fora, mas revolucionados internamente, e considero que lá muitos alemães cometeram um grande erro quando tentaram, diante de um movimento poderoso e glorioso que não criaram, fazer de sua teoria importada, e nem sempre compreendida, uma espécie de dogma único que leva à salvação, e de se manterem distantes de qualquer movimento que não aceite este dogma. Nossa teoria não é um dogma, mas a exposição de um processo de evolução, e este processo comporta fases sucessivas. Esperar que os americanos partirão com a compreensão total da teoria praticada nos países industriais mais antigos é esperar o impossível. O que os alemães devem fazer é agir de acordo com sua própria teoria – se eles a entenderem, como fizemos em 1845 e 1848 – e participar em não importa qual movimento geral da classe operária, aceitar como tal seu ponto de partida corrente (*faktische*) e elaborá-lo gradualmente até o nível teórico mais elevado, apontando como cada erro cometido, cada revés sofrido, era uma conseqüência necessária das visões teóricas equivocadas do programa original; deveriam, de acordo com as palavras do Manifesto Comunista, representar o movimento futuro no movimento presente. Mas, acima de tudo, deveriam deixar que o movimento dê o tempo para consolidar-se, não cometer o erro de forçar as pessoas engolirem coisas que não podem compreender no momento, mas que aprenderão em breve. Um ou dois milhões de votos operários no próximo mês de novembro para um partido operário *bona fide* (de boa fé), representa infinitamente mais no momento presente do que uma centena de milhares de votos para uma plataforma perfeita no plano doutrinário.”(Engels a Florence Kelley Wischnewsky, 28 Dezembro 1886)

7.2 Contra-revolução e desenvolvimento do MPC

A partir de 1914, traição e falência da Segunda Internacional. Todos os revolucionários conseqüentes (Lenine, Trotski, Luxemburgo...) não podiam enxergar outra saída senão a da luta mortal entre capital e proletariado, a fase final de uma luta iniciada no século anterior. A época que se abria era considerada como “A era das guerras e das revoluções” (Lenine), “a época das tempestades revolucionárias” (Trotsky). Ninguém imaginava que o modo de produção capitalista poderia, através de um segundo massacre mundial em grande escala (que aparece claramente, com o recuo da revolução, como o acabamento do primeiro), reconstituir suas forças de forma durável com um ciclo de acumulação sem precedentes, mais poderoso do que aquele que acompanhou a revolução industrial no século XVIII e o

desenvolvimento capitalista no século XIX. As correntes que resistiram à absorção no pensamento stalinista e a adesão de fato à contra-revolução, ultra-minoritários, negaram em parte esse desenvolvimento, particularmente através das teses da “decadência do capitalismo” (corrente luxemburguista) ou de um “estado imperialista e fascista” (corrente bordiguista).

Ora, não somente o modo de produção capitalista (MPC) mostrou que era capaz de aumentar novamente os ganhos de produtividade e intensidade do trabalho, de desenvolver consideravelmente sua base técnica, de aumentar a produção de riquezas nas suas antigas fortalezas, mas também expandiu consideravelmente sua base geográfica, arrastando – claro que em meio a convulsões e intensas dificuldades para a imensa maioria da população – a maior parte dos países do globo em um movimento ascendente. Isso só foi possível porque o proletariado, enquanto classe revolucionária, por muito tempo foi duramente laminada por esse movimento. O MPC conseguiu, por meio da alta da produtividade, da intensidade e da “qualidade” do trabalho, da pilhagem dos países menos avançados, garantir certa constância do nível de vida dos proletários ocidentais. Mesmo nas lutas (movimento de maio-junho de 1968, por exemplo), estes últimos permaneceram globalmente sob o controle de sindicatos e “partidos operários burgueses” enfeudados na política do capital e fiadores da ordem social.

A esquerda comunista da Itália lembrava que a história da revolução é também a história da contra-revolução. “Talvez a revolução não seja possível se a contra-revolução não for totalmente concluída”. A última grande vaga revolucionária data atualmente de 80 anos. Nenhum dos movimentos, mesmo de envergadura, que marcaram em seguida o século vinte (grandes greves do final dos anos 1940 na França, Bélgica, Itália, movimento internacional de maio-junho de 1968, etc.) atingiu um nível de intensidade tal que a questão da tomada do poder político pudesse ser colocada, ao contrário do movimento dos anos 1920. A partir de 1975, no hemisfério ocidental, o nível das lutas quotidianas não parou de cair e o desânimo é a marca de um proletariado cujos contornos sociológicos são fortemente modificados pelo desenvolvimento econômico e técnico do modo de produção capitalista.

Em contrapartida, o proletariado encontrou-se amplamente mobilizado nas outras partes do globo, no rastro dos movimentos anti-coloniais ou anti-imperialistas. Revoluções certamente ocorreram no século vinte, porém foram revoluções burguesas (Índia, China, Argélia, Indochina, Irã,...). Por outro lado, na própria Europa, nas áreas onde a base democrática do estado sempre foi precária (Europa do Sul, Europa do Leste...), essa fase foi a do aprofundamento e da estabilização do modelo democrático (Espanha, Grécia, Portugal, RDA, Rússia, Países Bálticos, etc).

Em outra zona do globo, na América Latina, desenrolou-se, no decorrer dos anos 1980, uma séria de transições pacíficas para a democracia após anos de ditaduras militares sanguinárias (Argentina, Chile, Uruguai, Brasil...). Na África do Sul, o fim do *apartheid* e a conquista do poder pela burguesia negra, após uma intensa repressão de décadas de luta, levaram finalmente ao estabelecimento de uma república democrática.

Pode-se, portanto, considerar que ao curso ascendente do desenvolvimento econômico capitalista (ao contrário da absurda teoria da “decadência do capitalismo”, cada vez mais insustentável), corresponde um curso ascendente da democracia. Para despertar, o modo de produção capitalista necessita de um espaço de “liberdade” que lhe é garantido pelo funcionamento democrático da sociedade. Como vimos a respeito do bonapartismo, se o perigo proletário for premente, ele não hesita em suspender o curso democrático para instaurar regimes autoritários ou ditaduras. Toda constituição democrática contém os ingredientes de sua própria suspensão como se pôde ver na França em 2005 com a instauração do estado de emergência.

A China é um dos países cheios de convulsões sociais com potencialidades revolucionárias nos próximos anos. Ao mesmo tempo, ela está imersa em um processo de acumulação muito rápido e dirigida pelo pulso firme do partido “comunista” que controla inteiramente o

aparelho de estado. Mas, a exemplo do que aconteceu na URSS, a função histórica do partido “comunista” revela a constituição de uma nova classe de empreendedores e a transformação da burocracia em burguesia moderna, capaz de desenvolver de maneira considerável as forças produtivas e de modernizar o país. Chegará um momento em que a contradição entre essa realidade e a máscara da dita ideologia supostamente socialista se tornará insustentável e, como na ex-União Soviética, a vulgata capitalista liberal substituirá o linguajar stalinista. Mas, isso só acontecerá com gigantescos movimentos sociais, nos quais estarão implicados centenas de milhões de camponeses, operários e desempregados. Uma tal revolução democrática carrega um traspasso potencial.

Foi um erro comum das correntes esquerdistas surgidas da Terceira Internacional, no decorrer do século XX (entretanto as únicas que mantiveram viva a tradição revolucionária do proletariado, apesar de todas as suas fragilidades), pensar que de agora em diante a ruptura devia vir de um único golpe, a favor de um movimento “puro” que se ergueria imediatamente, bradando o programa revolucionário completamente reconstituído.

Uma coisa é certa, a medida do caráter revolucionário dessa ruptura será constatada na capacidade do proletariado em colocar rapidamente a questão da propriedade dos meios de produção e, consequentemente, a questão do poder político. A democracia burguesa mostrou sua extraordinária elasticidade e sua capacidade em ir bem além nas concessões democráticas, tanto no plano político como no econômico. Mas essa flexibilidade e vitalidade quebraram-se nitidamente na questão da propriedade social. Toda tentativa de ingerência do proletariado organizado, seja economicamente (sindicatos, conselhos de empresas), seja sobretudo politicamente (soviets e partido) na organização social dos meios de produção (ataques contra a propriedade privada) se chocará imediatamente com uma poderosa repressão diante da qual a questão da tomada do poder político e, portanto, do armamento do proletariado será obrigatoriamente colocada. A partir de então se abrirá um novo episódio de luta revolucionária, de luta à morte, entre as duas forças históricas que cadenciam a vida do modo de produção capitalista: o proletariado e a burguesia. Provavelmente a história não dará mais tempo para a humanidade se restabelecer de uma nova derrota e a futura batalha será decisiva, enquanto o curso catastrófico desvairado do modo de produção capitalista constitui cada vez mais uma ameaça direta à própria sobrevivência da espécie.